

Despacho n.º 26 335/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., o licenciado Joaquim Grave Ramalho, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Joaquim Grave Ramalho, nascido em Santiago Maior, Alandroal, em 29 de Abril de 1952.

Licenciado em Gestão de Empresas pela Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus, Évora, 1975.

Carreira profissional — ingressou no Ministério da Agricultura em Agosto de 1975, com a categoria de técnico superior de 3.ª classe, integrando o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, com a categoria de assessor principal da carreira técnica superior.

Experiência profissional relevante:

Actualmente, desde 19 de Maio de 2005, vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Algarve;

De 14 de Fevereiro de 2003 até Maio de 2005 desempenhou o cargo de chefe de projecto da estrutura de apoio técnico do PROALGARVE para a gestão do Fundo Social Europeu;

Chefe de projecto da estrutura de apoio técnico ao controlo de 1.º nível do PROALGARVE de 1 de Maio de 2002 a 14 de Fevereiro de 2003;

Vogal do conselho de administração da Sociedade de Concepção, Execução e Gestão do Parque das Cidades Loulé/Faro — Empresa Intermunicipal, E. I. M., entre 1 de Junho de 2000 e 30 de Abril de 2002;

Administrador da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, entre Maio de 1996 e 31 de Maio de 2000;

De Junho de 1991 a Maio de 1996, desempenhou funções técnicas na Direcção Regional de Agricultura do Algarve, onde exerceu o cargo de chefe da Divisão de Programação e Gestão Financeira, entre Junho de 1993 e Maio de 1996;

Entre Junho de 1988 e Junho de 1991 esteve destacado na União das Caixas de Crédito Agrícola do Algarve;

Em 1975, ingressa no Ministério da Agricultura como técnico superior de 3.ª classe, onde exerceu funções técnicas no domínio da gestão da empresa agrícola até 1988;

Como agro-economista, participou em missões técnicas de cooperação e de consultoria internacional: Moçambique — missão de longa duração, 1980-1982; missões de curta duração: Cabo Verde (1991 e 1994) e Moçambique (1996 e 1998).

Despacho n.º 26 336/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 18.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., a licenciada Margarida Madalena Martins França, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Autoriza-se a nomeada a exercer, em acumulação, a actividade de docência em estabelecimentos do ensino superior, nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, observando os limites temporais estabelecidos no despacho conjunto n.º 41/ME/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 28 de Março de 1990.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Margarida Madalena Martins França nasceu em Esmoriz, em 22 de Abril de 1961.

Licenciou-se em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, no ano de 1985 — cédula profissional de advogado n.º 2161.

Em 1989 concluiu o curso de pós-graduação em Administração Hospitalar, na Escola Nacional de Saúde Pública.

2000 — mestre em Gestão e Economia da Saúde, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

2004 — curso de formação profissional para técnico superior de segurança e higiene do trabalho.

Iniciou a carreira de administração hospitalar no SNS na Maternidade de Júlio Dinis, no Porto, no ano de 1989.

Directora dos Departamentos de Aprovisionamento (1991-1994) e Análise de Gestão (1997-2000) do Hospital de São João e administradora-delegada do Hospital São Paio de Oleiros, Feira (1994-1997).

1995 — administradora do 3.º grau da carreira de administração hospitalar.

2000 — administradora de 2.ª classe do quadro de pessoal do IPO Francisco Gentil — CR Porto.

Directora-adjunta do Instituto da Qualidade em Saúde (IQS), de Fevereiro de 2000 a Novembro de 2005.

Nomeada directora do IQS em 1 de Novembro de 2005.

Formadora convidada, desde o ano de 1990 até à presente data, em mais de 40 cursos e acções de formação na área da qualidade em saúde e gestão hospitalar. Docente e coordenadora dos módulos de Gestão da Qualidade e Qualidade em Saúde em inúmeros cursos de pós-graduação e mestrados.

Autora de mais de 40 comunicações em congressos, nacionais e internacionais, e de inúmeros artigos e trabalhos sobre gestão de serviços de saúde, qualidade, acreditação e segurança em saúde.

Membro convidado do Editorial Advisory Board do The Joint Commission Journal on Quality and Patient Safety.

Auditora do Programa Nacional de Acreditação de Hospitais do IQS.

Representante do sector da saúde no conselho consultivo do IPAC — Instituto Português de Acreditação, por despacho do Secretário de Estado da Saúde de 5 de Outubro de 2004.

Membro do European Regional Advisory Council da Joint Commission International.

Membro convidado do Accreditation Council e do Awards Panel do CHKS Healthcare Accreditation and Quality Unit (anterior King's Fund HQS).

Despacho n.º 26 337/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 11.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, e no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2005, de 10 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de alto-comissário da saúde a Prof.ª Doutora Maria do Céu Soares Machado, cujos perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Autoriza-se a nomeada a exercer, em acumulação, as actividades de docência em estabelecimentos do ensino superior e de investigação científica, bem como a presidência da Comissão Nacional da Saúde da Criança e do Adolescente, nos termos do disposto nas alíneas *b*) e *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, observando os limites temporais estabelecidos no despacho conjunto n.º 41/ME/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 28 de Março de 1990.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Nome — Maria do Céu Soares Machado.

Formação académica e profissional:

Professora auxiliar de Pediatria da FCML (1994-1997);

Doutorada em Pediatria pela mesma Faculdade (1997);

Professora associada de Pediatria da Faculdade de Medicina de Lisboa (2005);

Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa (1972);

Especialista em pediatria pelo Hospital D. Estefânia e Ordem dos Médicos (1980);